



Ficção e História em Machado de Assis, a serviço de uma visão crítica

Raimundo Ramos de Araújo Junior¹

Resumo: O artigo foi escrito para mostrar nuances existentes entre a ficção e a história em suas relações com a visão crítica da literatura Machadiana, no contexto de sua vida e obra. O método de trabalho é a revisão de literatura, usando obras teóricas e literárias. O objetivo é mostrar como se desenvolve a relação, pensada possivelmente ser incestuosa, entre ficção e história, e ao mesmo tempo evidenciar o panorama político e seus descaminhos mostrados na poção literária do “Bruxo do Cosme Velho”. Nas obras de Machado, a memória, a ficção e a história formaram um só corpo compondo boa literatura, mas acrescida de crítica sobre o colonialismo e escravagismo, embora às vezes de forma velada, como condizia a um funcionário da corte.

Palavras-chave: ficção, história, crítica, verossimilhança, Machado de Assis.

Abstract

The article was written to show existing nuances among fiction and history in their relations with the critical view of Machado's literature in the context of his life and work. The method of work is the literature review, using theoretical and literary works. The aim is to show how the relationship develops, thought possibly to be incestuous, among fiction and history, while highlighting the political landscape and his waywardness shown in the literary potion of the "Witch from Cosme Velho". In the works of Machado memory, fiction and history formed one body composing good literature, but added of criticism about colonialism and slavery, though sometimes covertly, as matched to a court official.

Keywords: fiction, history, criticism, verisimilitude, Machado de Assis.

¹ Raimundo Ramos de Araújo Junior. UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Mestrado Acadêmico em Estudos Literários. Departamento de Letras Vernáculas. Porto Velho – RO - Brasil. 76820-570 – rramosaj@gmail.com



Introdução

A pesquisa do tema, a leitura dos escritos e a própria escritura do artigo conduzem um assunto palpitante: eis que a memória fala de si própria, uma meta-narrativa da memória, uma meta-memória, tecendo seus longos fios num fluxo de consciência, como se fosse em ato presente a manifestação de inúmeros níveis de consciência, mesclando sensações, pensamentos, memórias e associações, numa tessitura histórica, porque proveniente de atos e fatos reais, mas com certeza entremeada pelos matizes da ficção, pois que sua representação é individual, ou limitada a um pequeno grupo, que a enxerga com as cores de suas próprias oculares.

A metodologia de trabalho é baseada na revisão de literatura em que se estabelecem atos de literatura comparada de forma a cotejar aspectos claros que possam dirigir este ofício meta-histórico e meta-literário no sentido de uma compreensão acerca do tema, que mesmo conclusiva não excluirá outras interpretações, pelo motivo de não ser este o objetivo, nem tempo e espaço dedicados serem suficientes para tal.

Iniciamos com aspectos da memória, ficção e história, na forma enfocada pela historiografia, até estabelecer um patamar para adentrar o mundo interior de Machado de Assis, do qual ele ainda reflete, refaz e reconstrói a materialidade do mundo, como num processo contrastivo com a alegoria da caverna platônica.

Conclui-se mesmo que os vaus da memória, da ficção e da história desaguam no mesmo estuário e se constituem em um só corpo, a consciência e o imaginário coletivo, e que nosso estudo de caso, a ficção machadiana, não é exceção, pois retrata com toda propriedade a luz de seus dias interposta por sua presença e seu testemunho nos atos e fatos de sua contemporaneidade, acrescidos de um olhar altaneiro, expresso por suas observações críticas, irônicas e até mesmo satíricas, embora por vezes dissimule o tema, a crítica ao colonialismo e escravagismo, alvo principal de sua pena.



Memória, ficção e história

Desejoso de saber, interrogo (HERÓDOTO, 2006).

Admitindo mesmo que a história não seja a reprodução da verdade, mas um relato de acontecimentos reais construído pelo historiador com elementos ficcionais, ressaltamos a importância de seu papel como memória da ciência. “A história inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximação com a realidade, e a distância temporal entre a escritura da história e o objeto da narrativa potencializa esta ficção”. (PESAVENTO, 2005, p.53)

Isto se dá porque as causas motivacionais, o desenrolar dos acontecimentos e as consequências restantes não podem ser percebidos em sua totalidade, tendo-se que historiar por vertente escolhida. A história não se constitui matematicamente, como nos ensina Jacques Le Goff, mas pela indagação e pelo testemunho, conforme expresso por sua raiz indo-européia *wid, weid* = ver. “Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer: Eu vi, senti.” (2003, p.9)

Testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o “*histor*” de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras revezam a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão (GAGNEBIN, 2001, p.89),

mas para que a transmissão simbólica, ao causar uma reflexão sobre o passado ajude a que este não se repita e possa ensejar um recomeço.

“O caráter único dos eventos históricos, a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência”. (LE GOFF, 2003, p.12). Esta constatação não pode mesmo ser rechaçada pelos tecnicismos da historiografia, pois fatos elencados por sua presunção de importância são narrados em contextos construídos, de tal forma recriando uma realidade. Neste sentido nos alerta a pesquisadora Sandra Jatahy Pesavento de que “o mais certo seria afirmar que a história estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas” (2005, p.51). E tanto o historiador quanto o leitor devem assumir a dúvida como princípio de conhecimento do



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

mundo. Da mesma forma na literatura sempre se examinará a confiabilidade do narrador e a verossimilhança de sua narrativa.

Uma questão que se coloca, da dependência da objetividade do historiador na construção da verdade histórica, não mais a fragiliza, face às releituras críticas, providenciais para desmascarar e desmistificar os engodos e as falsificações.

Assim, a história se constitui pela memória, que é a base do conhecimento, que só assim perpassa o homem finito e coexiste com a humanidade. Nas sociedades ágrafas esta memória pessoal, (que se baseia em funções psíquicas), acumula registros de acontecimentos que são representados como o passado e se multiplicam através da transmissão oral.

[...] o ato mnemônico fundamental é o comportamento narrativo, que se caracteriza, antes de mais nada pela sua função social, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo (FLORÉS, apud LE GOFF, 2003, p.421).

Há tempos a transmissão oral cedeu espaço aos documentos escritos, às descobertas arqueológicas, aos gestos, às imagens, aos símbolos e outros, a quem foi concedido o valor de testemunho, antes limitado aos relatos de testemunhas contemporâneas aos acontecimentos ou que deles ouviram contar em primeira mão. Este reconhecimento da validade destes dados, que apesar de antigos só agora são considerados, trouxe como consequência a superação dos recursos da transmissão oral.

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória [...] Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória (ATLAN, 1974, p.461).

Após o iluminismo, no século XVIII, desenvolveu-se a crença de se acompanhar e estudar a evolução da humanidade, combinando abordagens da antropologia e da história, na pesquisa de dados culturais em dado período e lugar, a partir dos conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidade. Este campo de estudos foi denominado História Cultural, a se debruçar sobre as representações mentais que fazemos do mundo, matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de forças integradoras e coercivas, para decifrar a realidade do passado. “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2005, p.39), como se ao lado da “história objetiva existissem parâmetros ideológicos que descrevessem e ordenassem os fatos de acordo com certa tradição estabelecida, que pode ser vista como a



memória coletiva, que tende a confundir a história e o mito” (NADEL, 1969, p.297) (Tradução nossa).

A relação passado/presente constitui-se em construção historiográfica e não em um dado natural, pois se em cada época e cultura fatos podem ser vistos de forma diferenciada, então sempre a visão sobre o passado se constituirá na representação do presente, em uma perspectiva contemporânea ao momento da reflexão. “O interesse no passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente (método regressivo de Bloch)” (LE GOFF, 2003, p.13).

O relacionamento entre o passado e o presente ocorre entre curvas ascendentes e descendentes: - antes do século XVIII o pessimismo quanto ao futuro estimulava um saudosismo; a inocência e a felicidade eram virtudes do passado. Durante o século XIX o progresso científico e tecnológico mudou os parâmetros e o passado foi identificado como antiquado e superado e o moderno como progressista e salvador. Após as guerras mundiais, o desmascaramento do stalinismo, os fracassos do marxismo e as atrocidades do faci-nazismo, novamente alteraram as posições e o descrédito proveniente dos atos desumanos cometidos por países desenvolvidos trouxe novamente o pessimismo com relação ao futuro e as previsões do fim do mundo, fomentando o aparecimento de soluções metafísicas.

A história cultural, apesar de ainda estar sendo instituída neste início do Século XXI, já há mais de 100 anos existe a indagação de Karl Lamprecht: “O que é a História Cultural?” proferida no primeiro volume de sua História da Alemanha (1897). O historiador Peter Burke, que intitulou seu livro com a indagação de Lamprecht, buscou respondê-la, mas após constatar que apesar de haver acontecido

uma redefinição nos estudos históricos e nas abordagens e discussões teóricas, quando ocorreu a ascensão da história cultural, por intermédio de uma virada cultural, na qual análises econômicas, políticas e sociais se aproximavam de termos e diagnósticos culturais [...] Burke observa que uma resposta satisfatória ainda não foi dada. Nesse caso uma resposta ao problema colocado foi o deslocamento da atenção dos objetos para os métodos, a partir de um terreno comum: a preocupação com o simbólico e suas interpretações. [...] Afirma então, que a palavra cultural distingue-a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em ideias ou sistemas de pensamento (ROIZ, 2007).

Outro termo não esclarecido é o próprio conceito de cultura e a definição dos limites entre cultura popular e erudita, o que deslocou o foco da explicação em direção à



Antropologia, considerando até mesmo a cultura cotidiana: costumes, valores e modos de vida.

A importância reconhecida de tais parâmetros no arcabouço dos estudos culturais permitiu o pensamento do pós-colonialismo, teorizado por Edward Wadie Said e a partir deste a formação do feminismo, de acordo com análises de Michelle Perrot e Georges Duby, encetando a luta por libertação, num caso, da imposição cultural e noutra, do gênero. No caso dos países sob colonização, sobre a mulher pesavam tanto a imposição cultural quanto o machismo, elas eram pois duplamente colonizadas.

Roger Chartier traz sua contribuição à história cultural evidenciando as transferências entre a cultura oral e a cultura escrita, isto é, da participação de indivíduos não letrados em práticas culturais diversas, ou como a oralidade é transferida para a escritura. Complementou as noções de práticas e representações e desenvolveu o conceito de apropriação. A apropriação de um conhecimento, do qual tomou contato e fez sua incorporação ao modo de viver, causando uma alteração de paradigmas.

Tanto os objetos culturais seriam produzidos entre **práticas e representações**, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos **modos de fazer** e aos **modos de ver** (BARROS, 2004, p.185). (grifo do autor).

A vida cotidiana é agora considerada pela história cultural, aí incluído o indivíduo comum com seus costumes, onde sua própria comunicação e práticas discursivas são então consideradas como produtos culturais.

Ao escrever um livro, o seu autor está incorporando o papel de um produtor cultural. Isto todos reconhecem. O que foi acrescentado pelas mais recentes teorias da comunicação é que, ao ler este livro, um leitor comum também está produzindo cultura. A leitura, enfim, é prática criadora – tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode-se dizer, ainda, que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira – isto de acordo com os seus âmbitos de competência textual e com as suas especificidades (BARROS, 2004, p.185).

Na busca pela história cultural estabeleceram-se contatos entre a história e a antropologia, pelo conceito de cultura; entre a história e a literatura, para conhecer as fronteiras, os limites, até onde chega o texto histórico e onde começa o texto literário; entre a história e a arte, pela significação das imagens; entre a história e a arquitetura, pelo reconhecimento das imagens e representações da urbanidade.

História e literatura são formas de dar a conhecer o mundo, mas só a história tem a pretensão de chegar ao real acontecido, [...] pois a expectativa do historiador e do



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

leitor de um texto de história é de encontrar algo de verdade sobre o passado. O discurso histórico, portanto, mesmo operando pela verossimilhança e não pela veracidade, produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica [assim] o discurso histórico chega a atingir um efeito de real. (PESAVENTO, 2005, p.55)

Apesar de se destacar este efeito de real conseguido pela história, não se pode olvidar que o texto literário também vive da verossimilhança, agregando à narrativa a impressão de verdade, utilizando elementos retirados da realidade, que formarão um contexto onde se construirá um conteúdo imaginário. A narrativa ficcional também precisa do panorama da história.

O texto histórico, ao relatar fatos e acontecimentos, em face do vulto das informações oriundas da ambientação, motivação, do desenrolar e das consequências não serem passíveis de serem reunidos em um único documento, deverá optar por um ponto de vista, onde de alguma forma se fará presente a contribuição ficcional, no mais das vezes para esclarecimento, mas também para evidenciar tendências desejadas. Aqui também a história se complementa com a ficção e o processo histórico modula a escrita ficcional.

Todo este arcabouço teórico que abordamos foi motivado para reavivar em nossa mente os instrumentos utilizados para recortar, agregar, dissimular e evidenciar os materiais históricos observados na conjuntura política e cultural vivenciada por Joaquim Maria Machado de Assis e utilizados por seus narradores na construção de sua obra, investigando, fazendo refletir, denunciando e propondo novo recomeço libertário e humanista, ideais formadores por sua vez da cultura nacional e constituintes essenciais dos registros imaginários, reais e simbólicos dos homens e mulheres da nação brasileira.

Ficção e História em Machado de Assis

Nada afirmo, porque me falta a devida autoridade teológica; uso a forma dubitativa. (ASSIS, 2008)

Joaquim Maria Machado de Assis, escritor brasileiro, considerado o maior nome de nossa literatura, transmitia em seus contos, crônicas e romances um realismo enganoso, que levou críticos de várias cepas a afirmar que o panorama histórico e as conjunções políticas pelas quais o Brasil atravessava não eram destacados em sua obra. Foi preciso que um jurista fluminense, Raymundo Faoro, e dois professores, um vienense, Robert Schwarz, e um inglês,



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

John Gledson, se debruçasse sobre o tesouro machadiano para desvendar a dissimulação com que usou os elementos históricos por toda a sua obra e não somente ao descrever os olhos de ressaca de Capitu. Realismo enganoso, assim denominado, pois se

representa a realidade através das convenções doutrinárias da estética realista dominante [...], [também] solapa, suspende e compromete todas elas ao mesmo tempo. O resultado não é a ausência ou a negação do referente, mas o desafio para que o leitor o encontre lendo os textos a contrapelo, buscando seus lapsos, seus atos falhos, suas hesitações, suas referências cifradas e seu substrato histórico (SEVCENKO, 2003, p.15).

Esta a forma dissimulada de que se serviu Machado para criticar as convenções e as desumanidades da época. Ao perfil histórico adicionou tintas de forma a enfatizar aspectos que deveriam ser olhados com mais atenção e sobre os quais se deveria refletir mensurando sua verdade ética. “A ficção de Machado contém uma visão bastante coerente da história brasileira do Século XIX” (GLEDSON, 1991, p.86).

O autor empírico dos romances, magistral em seu ofício, servia à coroa e tendo sido nomeado por um gabinete liberal, quando da entrada de novo gabinete, agora conservador, usava da pena à semelhança dos agregados e dependentes, que sobreviviam do favor, sendo de certa forma subalternos, mas opondo resistência de acordo com as lacunas, desvãos e possibilidades existentes na estrutura do paternalismo, pois como nos diz Rebecca Scott², “subordinação não significa necessariamente passividade” (CHALHOUB, 2003, p.47).

Assim, expunha as relações entre senhores, escravos e dependentes de forma que causasse uma reflexão sobre os hábitos, que eram os possíveis dentro do mote da Conciliação³, vigente à época. Esta Conciliação era vista por Machado como “um abrandamento conveniente de políticas diversas dentro da oligarquia dominante” (GLEDSON, 1991, p.86), quase sempre girando em torno da importância da cultura cafeeira.

A ironia e a sátira também eram usadas, quando o tema e o alvo permitissem. Toda a verve do autor empírico, empregada num enredo cativante, relegava ao segundo plano o panorama histórico em que vivia, o que motivou, por páginas e páginas da crítica do Século

² Rebecca Scott – Professora de história e leis da Universidade de Michigan. Especialista em história da escravidão, ministra disciplinas sobre os direitos civis e os limites da cidadania na perspectiva histórica, e sobre a lei na escravidão e na liberdade

³ Durante o segundo império, os partidos se dividiam entre liberais e conservadores. Em 1853 foi formado o que veio a ser conhecido como Gabinete de Conciliação incluindo tanto liberais quanto conservadores sob a liderança do Marquês do Paraná - Honório Hermeto Carneiro Leão, o que trouxe paz interna e prosperidade econômica e cultural



XX, a afirmação de que Machado não estaria interessado em retratar com clareza e contrariedade o escravagismo e o paternalismo do império. Contudo, estava lá registrada toda a paisagem urbana e social na visão de um funcionário público que lidava diariamente com a política de terras e escravidão.

Em *Dom Casmurro*, Bento Santiago, o narrador-personagem, destaca 1871 - ano em que foi assinada a Lei do Ventre Livre - como o ano da morte de Escobar, seu amigo e suspeito da infidelidade de Capitu, quando se finda, para Bento e Capitu, o relacionamento feliz: “Nunca me esquecerei o mês, nem o ano” (ASSIS, 1959, p.924). Marcado também em *Quincas Borba* e *Esau e Jacó* em 1871 foi que aconteceram as primeiras divergências e dificuldades para a oligarquia dominante, pois que era o fim da Conciliação. É a época do início dos conflitos, denúncias e acusações, entre escravos, senhores e agregados, pelo desrespeito à Lei de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre) e sua implantação; entre proprietários e o governo imperial, acusado de que agia como filantropo do alheio libertando escravos com palavras sem indenizar os proprietários. Para a própria monarquia restou perigos, pois se a Lei do Ventre Livre foi imposta pelo governo aos proprietários, que tinham como direito a inviolabilidade da vontade senhorial, e esta agora tendo sido questionada, a monarquia poderia inclusive ter questionada a legitimidade de seu domínio sobre os súditos, com os efeitos de enfraquecimento do poder real; e foi o que por fim aconteceu.

A alusão ao ambiente histórico e a crítica do autor empírico deveriam permanecer ocultas pela natureza do narrador-personagem, Bento, que não se interessava por política. Contudo não se deve ignorar que Machado poderia estar prezando a própria tranquilidade ao não evidenciar suas intervenções em demasia. John Gledson chama a atenção para a versão de *Quincas Borba* publicada em folhetins, quando Rubião julga ser Napoleão III, que veio a aparecer somente após a queda do império Francês, pelo registro histórico e por não demonstrar combater a monarquia, já que sob “a suposta harmonia da Conciliação ou da democracia de fachada da Constituição do 2º reinado, estava encoberto um grau considerável de repressão”. (1991, p.88)

No romance intitulado *Helena*, o narrador descreve os antagonismos das políticas de domínio vigentes a partir de 1860, motivadoras da agitação política e social que transbordou na aprovação da Lei do Ventre Livre. Pela ótica dos dependentes mostrava a visão unilateral



do mundo senhorial e a total dependência dos agregados e escravos. E por que não ficou claro desde o começo, que Machado fosse contrário ao que estava posto? A personagem Helena, que se mostrava ambivalente, utilizava a ideologia senhorial, manipulava os símbolos e valores, mas possuía distanciamento para relativizá-los de uma perspectiva crítica. Esta a descrição de Machado, condecorado pela coroa, Cavaleiro da Ordem da Rosa. Ao mesmo tempo em que publicava linhas elogiosas a José de Alencar, expunha as políticas de dominação do paternalismo, as estratégias de subordinação de escravos, de pessoas livres e dependentes, e percutia a inviolabilidade da vontade senhorial, com seus rituais de afirmação, práticas de dissimulação, de estigmatização de adversários, eufemismos e outros.

Em *Helena*, mostra a relação entre a personagem e seu pajem, Vicente, que é dito ser um fiel servidor e advogado convicto dela nos julgamentos da senzala, evidenciando toda uma estrutura de dominação, pois se a alforria era prerrogativa exclusiva dos senhores - que queriam estimular a produção de dependentes para transformar escravos em libertos fiéis e submissos a seus antigos donos - tinham por projeto estender a dominação, manter a inviolabilidade da vontade senhorial, usando inclusive os estratagemas de fluxo e refluxo da política de cumplicidade do favor.

Machado costurava suas mensagens políticas nas tramas, integrando-as ao enredo, através de personagens identificados com o ambiente histórico, a exemplo do Conselheiro Vale e Dr. Camargo em *Helena*, que se mostram conciliadores e esta mostra é coberta de ironias desvelando a Conciliação como reles e cínica acomodação.

De modo simbólico também transmitia verdades políticas, como nos alerta Gledson em *Quincas Borba*, quando Jorge intenta beijar Estela e esta deixa escapar duas pombas que segurava. Ao voltar da guerra do Paraguai Jorge vai de novo ao pombal onde encontra com um financista que ganhou dinheiro com a crise e a guerra. Sugere a opressão a alguém mais fraco, o Paraguai, à sua injusta guerra com a fuga das pombas e ao aproveitamento do conflito para auferir recursos. Crítica política que nos remete à visão do pós-colonialismo, que adota resistências ao jugo do colonizador e à exploração das riquezas nativas. (1991, p.103-104).

As críticas à guerra, da qual Machado não via razões que justificassem o Brasil conflagrá-la, ele as fazia em surdina, pois que sabido era o poder exercido pelo Exército Brasileiro na segunda metade do Século XIX, e a própria guerra era considerada como a hora



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

da glória. Sua antipatia nascia por saber que interesses alienígenas orquestraram esta deflagração bélica. Os colonizadores ingleses não desejavam que o Paraguai, que tomara medidas modernizadoras visando à auto-sustentação e estava obtendo relativo sucesso, servisse de modelo às outras nações latino-americanas e ofereceu facilidades econômicas para que Brasil e Argentina impedissem o crescimento do Paraguai. No dito de Quincas Borba, “Ao vencido, ódio ou compaixão, ao vencedor as batatas” (ASSIS, 2008, p.223) podem ser vistas as marcas do colonialismo, que mesmo após a independência de países colonizados, os queria manter submissos e dependentes. Se faz com o pequeno assim faz com o grande. Os antigos proprietários de escravos, após a libertação, ainda os queriam dependentes pela política do favor. “Os interesses comerciais dos ingleses mantêm-se a uma distância confortável, parece dizer Machado, contentando-se em recolher os lucros” (GLEDSON, 1991, p.131)

Muitos dos contos desse período são mais violentamente satíricos que os anteriores e posteriores, e é difícil de resistir à conclusão de que *Memórias póstumas* funcionou como uma espécie de agente libertador, que trouxe consigo muitas outras soluções [...] eis a nova forma com que Machado comenta a decisão do herói de abandonar a mulher e alistar-se (GLEDSON, 1991, p.130).

Naquele trecho, o narrador de Machado ironiza as razões patrióticas que motivaram aquele “herói” de se dispor à guerra e com verve afiada sugere a presença, nominando feitos e qualidades de outra mulher. “De um caso doméstico saía uma ação patriótica” (ASSIS, 1996, p.42).

A igreja não ficou fora de suas críticas, orquestradas pelo contexto e a importância das ações cometidas a seu tempo. No nível cotidiano o clero “agiria menos como instrumento de caridade Cristã que como expressão de status social”. (GLEDSON, 1991, p.110) E quando da mudança do império para a república, critica que se tenha eliminado o compromisso religioso de juramento diante de Deus e, descrente do mundo, registra o ato como “institucionalização da hipocrisia e confusão”. (Ibidem)

Conquanto se discuta a validade dos estudos extrínsecos da literatura, o exame do contexto social, ambiente, motivação e outros fatores exteriores à escritura da obra, o que poderá resultar numa explicação causal com pretensões a justificar a literatura por sua origem, “na verdade ninguém pode negar que um conhecimento adequado das condições nas quais a literatura foi produzida a tenha consideravelmente explicado”. (WELLEK e WARREN, 1971,



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

p. 336) “Nem que seja para a gente admirar como é que o sujeito pôde, em meio a seus tormentos pessoais, inventar os mundos que inventou e flagrar as tantas coisas que flagrou”. (FISCHER, 2008, p.9)

Por isso estamos nós aqui observando Machado. Em seu início na escritura, por vezes afirmou que o próprio realismo seria uma coisa contrária ao interesse literário, mas motivado talvez por próprias decepções com o ambiente e as manobras políticas, como é afirmado por alguns de seus estudiosos, esfregou seus olhos recolocando seu *pince-nez*⁴ e fazendo seu olhar ir além do burburinho do favorecimento, além do romantismo étnico de José de Alencar, embora sem atingir a insalubridade dos cortiços naturalistas de Aluísio de Azevedo. Perpassa o íntimo do paternalismo se aproximando do sentimento cativo e agregado, adiciona então à sua escritura o registro cromático da realidade testemunhada, conserva, porém um distanciamento que lhe permite a agudez de um olhar crítico, que inscrevesse em sua obra imortal as mazelas, vilezas e desaires da oligarquia, da forma dissimulada que podia, mas que às vezes saía do mero registro histórico de questionáveis costumes para uma sátira ou ironia explícita.

A ficção e a história se interpenetram, ou para usar uma palavra batida, se imbricam, confundem-se em seus limites. Como a história precisa da ficção para mostrar o entendimento de um feito ou acontecimento, dada a limitação da representação perante os infinitos dados da realidade, o autor implícito, por sua vez, se vê imerso no vau cotidiano das ideias e perspectivas e sua literatura pode tão somente remar em sentido contrário, ou entregar-se à corrente “indo de bubuia”, ao sabor da corrente, ou aproveitá-la e imprimir um impulso adicional, para mais rápido chegar a seu porto seguro, a um destino almejado. Gravita pois em torno de seu *modus vivendi*.

A matéria com que lapida os textos não mostra ser informe, é historicamente formada, pois a literatura registra o processo social a que deve sua existência, sobrepondo-se os nuances, ora da ficção ora da história, provenientes ambos da memória cultural e “é da felicidade desta operação [...] com a matéria pré-formada – em que imprevisível dormita a história – que vão depender a profundidade, a força e a complexidade dos resultados”. (SCHWARZ, 2012, p.31)

⁴ Pince-nez - Óculos antigos, estrutura sem hastes e que fixava as lentes ao nariz por uma espécie de pinça



Vejamos como uma crônica de Machado de Assis, autor empírico, praticamente uma fábula, pode tão bem retratar uma realidade e provocar uma reflexão “cordial”⁵. Texto original de Machado, apresentado a seguir, de forma resumida:

Machado, narrador-testemunha, descreve seu primeiro contato com o bonde elétrico: Vinha ele pela praia da Lapa num bonde puxado por burros, quando cruzou com o prodígio moderno, vindo pelos trilhos na direção oposta. Foi um breve instante em que os veículos emparelharam, para logo se afastar. Mas como o escritor era o único passageiro e estava sentado bem na frente, pôde ouvir os comentários que os burros de tração faziam a respeito das conseqüências sociais da nova tecnologia de transportes urbanos. O da esquerda defendia que graças à tração elétrica, os burros seriam finalmente libertados da servidão ao transporte de massas. Ao que o da direita redarguia que, tornados obsoletos, seriam deixados à própria sorte, inúteis, inconvenientes e como estorvos à *urbs* moderna, destinados ao desprezo, à reclusão e ao definhamento na indignidade. Ao que responde inconformado o da esquerda: ‘Pela burra de Balaão! Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! Mas onde está a justiça desse mundo?’ (SEVCENKO, 2003, p.18).

Certamente a historiografia precisaria de mais tintas que estas para expressar o desamparo que causou a abolição da escravatura ao libertar os seres humanos e não lhes prover os meios de subsistência na adaptação à nova realidade, aí incluídas outras mazelas sociais com os imigrantes e a própria modernização importada apressadamente, sem os preparativos de base.

A título de Conclusão

Negros, mulatos, pardos e brancos; escravos, agregados, dependentes e senhores; alforriados, forro (abreviação), libertos, ingênuos e livres; favor, jeitinho, subserviência, subordinação; ama-de-leite, escravo de ganho, fâmulos, moleque, mucama, pajem, sinhá e sinhô, são seus personagens, agentes da História do Brasil, pedras lapidadas pelo fluxo colonizador a erigir a literatura mundial a partir da escritura de Machado de Assis, onde esta ferramenta simboliza seu trabalho incessante por toda a vida, sem concessão para férias. Este Assis nos remete a *Giovanni di Pietro di Bernardone*, que passou à história como Francisco de Assis, homem pacífico, mas não acomodado, que nunca usou em sua vida de expedientes escusos, assim como Machado, nem para alpinismo social, campo literário, ou mesmo em sua

⁵ Cordial – (do Latim *cordis*) dos sentimentos genuínos do coração



vida religiosa, vencendo por méritos. De forma mansa mas decisiva, através da prática e do exemplo, fez ouvir sua mensagem, difundindo sua visão política, trabalhando no imaginário, na memória, na consciência individual, de onde partem sentimentos, os reais motivadores de todas as atitudes e com elas, de todas as práticas, hábitos e cultura.

Joaquim Maria Machado de Assis com suas construções ficcionais, com sua mestria na escolha das palavras e contextos, utilizados de forma dissimulada mas crítica, é também arquiteto da edificação política da Nação Brasileira, na qual se vê que a memória, a ficção, a história e a própria realidade estão de tal forma interligadas, pois que são no recôndito de nossos corações a fonte do reflexo que materializa o mundo em que acreditamos e que por isso se torna o mundo em que vivemos.

Referências

ASSIS, Machado de. **Iaiá Garcia**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1996.

_____. (Três Romances) – **Memórias póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro**. Porto Alegre, L&PM, 2008.

_____. Crônicas escolhidas. **UERJ**, Rio de Janeiro, 20 maio 2008. Disponível em http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio_de_janeiro/ano1892/19jun92.htm. Acesso em 15 dezembro 2013.

ATLAN, Henri. *Conscience et désirs dans des systèmes auto-organiseurs*, in: MORIN, Edgar; PIATELLI-PALMARINI, Massimo (Org.). *L'unité de l'homme: invariants biologiques et universaux culturels*. Paris: Seuil, 1974.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FISCHER, Luís Augusto. Pequena biografia de Machado de Assis. In: ASSIS, Machado de. (Três Romances) – **Memórias póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro**. Porto Alegre, L&PM, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Memória, história, testemunho**. Coletânea memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp, 2001.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

GLEDSON, John. **Machado de Assis, impostura e realismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HERÓDOTO. História. **EBOOKS Brasil**, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/historiaherodoto.html>. Acesso 17 dezembro 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5ª edição. São Paulo: Unicamp, 2003.

NADEL, George H. Philosophy of history before historicism – history and theory. Studies in the philosophy of history, II, 3. In: **History and Theory**. New York, May 2010, p. 291-315.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROIZ, Diogo da Silva. A história da história cultural segundo Peter Burke. **UFU**, 2007. Disponível em http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF15/res_Roiz.pdf. Acesso em 12 dezembro 2013.

SEVCENKO, Nicolau. A ficção capciosa e a história traída. In: GLEDSON, John. **Machado de Assis - Ficção e história**. 2ª edição revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SCHWARZ, Robert. **Ao vencedor as batatas**. 6ª edição. São Paulo: Duas cidades, 2012.

WELLEK, René e WARREN, Austin. **Teoria da literatura**. Tradução José Palla e Carmo. São Paulo: Publicações Europa-América, 1971.